

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



EUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Out

DIEESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3060- Ano 2023

UNI global union

GOCIL PEDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: 20.000 TRABALHADORES COM DIREITOS AMEAÇADOS

Imagem: gocil.com.br

GOCIL 38
SEGURANÇA E SERVIÇOS

+10MIL **+20MIL** **TODO**

Postos de Trabalho Colaboradores Território Nacional

Na última sexta-feira, 29 de setembro, a empresa Gocil Serviços de Vigilância Segurança Ltda e mais 12 empresas do grupo protocolaram numa das Varas de Falência e Recuperação Judicial da Justiça de São Paulo (capital) um pedido de recuperação judicial. O grupo alega dificuldade de caixa ou capital de giro, consequência de endividamento junto a bancos e a altas de juros como as principais razões para as dificuldades.

A recuperação Judicial está prevista numa lei de 11.101 de 2005 (primeiro governo Lula) e permite, com a assistência da justiça, que empresas em dificuldade, busque a designação de um administrador judicial temporário, a suspensão de bloqueios nas contas, a

suspensão temporária de execução ou cobrança de parcelas de dívidas, a apresentação a justiça de um plano de recuperação, entre outras medidas.

O plano de recuperação tem de passar pela aprovação dos credores, incluindo os trabalhadores, bancos, entre outros. Acontece que há planos onde a empresa propõe pagar somente parte dos direitos dos empregados (30%, 40%, 50%, etc). Imaginem o tamanho do prejuízo? Daí a importância da ciência e acompanhamento por parte dos trabalhadores e o papel dos Sindicatos de unir, orientar e organizar a atuação da categoria.

Na petição ao Juiz a Gocil alega que não possui bens ou patrimônio para garantir suas dívidas.

A Gocil é mais uma empresa de segurança e vigilância a buscar a justiça para pedir recuperação judicial. Outros casos famosos e “duvidosos” de recuperação judicial no setor foram do Grupo Coral (Goiás) e da Sena Segurança (Pernambuco), com rastros de volumosos prejuízos para os trabalhadores. Duvidosos porque cheiraram a armação. No Nordeste inteiro ainda tem muito vigilante penando para receber algum direito da Sena Segurança a mais de 10 anos.

QUEM É A GOCIL E WASHINGTON CINEL

Na petição a Gocil relata que a Gocil foi fundada nos 1980 em Bauru/SP pelo policial militar Washington Cinel, que em 1985, com “o imenso sucesso do negocio”, se instalou na capital. A exploração da mão de obra dos Vigilantes sempre foi um excelente filão para ganhar dinheiro. Com o dinheiro da Vigilância o dono da Gocil passou a investir, anos mais tarde, em fazendas e bois. Alega que necessitou investir muito dinheiro na aquisição mais recente de uma fazenda em Balsas, no Maranhão, tendo de recorrer a bancos, não suportando os juros elevados.

O Grupo Gocil diz possuir 20.000 (vinte mil) empregados em todo o país. Está sediado em São Paulo e com atuação em vários estados.

Do grupo, estão no processo de recuperação as empresas:

- Gocil Serviços de Vigilância e Segurança
- Gocil Eletrônica
- Gocil Nordeste Sistemas de Segurança Eletrônica
- Gocil Serviços Gerais
- Gocil Serviços Gerais Nordeste
- Washington Umberto Cinel (pessoa jurídica)

- Handz Participação S/A
- VilaTabatinga Imóveis Empreendimentos
- Elah Agrobusiness Agropecuária
- Maná Imóveis e Empreendimentos
- Nova Olinda SPE
- Brangus Brasil Agropecuária
- Agrocín Agropecuária.

Na área de segurança privada a Gocil possui contratos com bancos, shoppings, condomínios, indústrias, governos, entre outros (os nomes listaremos em breve).

Washington Cinel, ex-policial militar que ficou rico explorando o trabalho de Vigilantes e trabalhadores de limpeza, asseio e conservação organizou na sua mansão em São Paulo um jantar com empresários paulistas em abril de 2021 (período da pandemia) para o então presidente Jair Bolsonaro,

O QUE FAZER

Com esta notícia os trabalhadores devem ficar alertas, verificar como andam seus direitos (depósitos de INSS, FGTS, Férias, reciclagem vencida, etc.) e procurar seus Sindicatos.

Os Sindicatos reunirá a turma, orientará e organizará o acompanhamento do processo e da situação da empresa, buscando salvar a totalidade dos direitos dos trabalhadores.

Mas é bom repetir: recuperação judicial no setor de segurança privada cheira muito mal, seja porque seus donos sangram a empresa para investir em outros negócios (é o caso confessado pela Gocil) ou utilizado simplesmente para calotear trabalhador e outros credores.

Todo mundo ligado.

Jose Boaventura – Presidente da CNTV -CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes.

APOSENTADORIA E PPP, INFORMAÇÕES IMPORTANTES, VIGILANTES, FIQUEM ATENTOS



Atenção vigilantes que estão trabalhando, estão próximo a se aposentar e necessitam do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Há uma nova forma de encontrar esse documento no APP do “MeuINSS” (aplicativo de celular), se cadastre e pesquise por PPP. Lembrando que não há registro antigos, podendo ser baixado em PDF. Lembrando que esse documento é de responsabilidade das empresas e que agora também esta vinculado ao e-social (sistema governamental). Portanto para fins de aposentadoria, o trabalhador pode consultar no aplicativo os períodos trabalhados a partir

de janeiro de 2023, se tratando de trabalhos anteriores, deverá requisitar diretamente ao RH da Empresa. Casos em que a Empresa já esteja falida, com baixa em seu CNPJ, poderá solicitar ao seu sindicato, que será emitido uma declaração de PPP.

Informação importante. A clausula 32º da nossa CCT informa: DA ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica vedada a dispensa do empregado abrangido pelo presente instrumento, quando lhe faltar até 24 (vinte e quatro) meses de contribuição para a aposentadoria, seja integral ou proporcional, ficando lhe garantida a estabilidade pré-aposentadoria, desde que não exista causa objetiva que determine ou justifique sua dispensa por justa causa, pedido de demissão ou mútuo acordo.

Parágrafo 1º. Para adquirir o benefício acima referido, o empregado deverá obrigatoriamente comunicar, por escrito, ao seu respectivo empregador, quando estiver faltando-lhe até 24 (vinte e quatro) contribuições para obter a aposentadoria, apresentando para tanto documento oficial emitido pelo INSS (CNIS ou simulação

pelo próprio site do INSS), atestando o tempo de contribuição.

QUANTO A APOSENTADORIA ESPECIAL, ENCONTRAMOS AS SEGUINTE INFORMações DE UM ESPECIALISTA PREVIDENCIÁRIO.

Os vigilantes/vigias e a aposentadoria especial

O advogado especialista em INSS destaca que a chamada aposentadoria especial tem como foco os trabalhadores que exercem atividades expostos a agentes perigosos ou nocivos à saúde que prejudiquem sua saúde ou integridade física, e os vigilantes estão entre os segurados que podem ter direito ao benefício.

‘Por vezes, o profissional atua com segurança privada, escolta armada, em bancos, auxilia no transporte de valores e protege instalações como shopping centers, hospitais, prédios entre outros – o que significa que esse trabalhador se expõe ao perigo’, explica.

Como solicitar a aposentadoria para vigilantes?

Segundo Beschizza, a aposentadoria de vigilante é reclamada da mesma forma que as outras aposentadorias especiais. Em primeiro lugar, o requerimento é apresentado administrativamente com a anexação de todos os documentos comprobatórios, como: documento sobre exposição a riscos na profissão, sendo o mais comum o PPP (Perfil Previdenciário Profissiográfico).

‘Também podem ser apresentadas evidências materiais que comprovem a efetiva exposição ao risco, como boletins de ocorrência feitos pela empresa ou pelo empregado, vídeos ou fotos do período em que o trabalhador esteve em situação de risco, entre outros’, afirma.

Além disso, acrescenta o advogado, é necessário apresentar informações sobre o período de contribuição, como contratos de trabalho, carteira de trabalho propriamente dita e CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

Pedido negado pode passar por processo de apelação.

De acordo com Beschizza, a aposentadoria especial dos vigilantes também pode ser solicitada mediante requerimento de benefícios. Nesse caso, a ação só pode ser iniciada em caso de indeferimento administrativo, sendo que o requisito básico para sua interposição é o número do requerimento administrativo sob pena de indeferimento.

‘O processo ocorrerá por meio do judiciário, onde o INSS fará parte do processo como réu. Os documentos anexados continuarão os mesmos e a decisão será proferida...

FONTE: SINDVIGILANTES ES

Sindsegur visita locais onde ocorreram duas ações criminosas e presta apoio a vigilantes



Na manhã desta quinta-feira, 28 de setembro, representantes do Sindsegur estiveram nos locais onde ocorreram duas ações criminosas que resultaram no roubo das armas dos vigilantes de diferentes empresas.

As duas empresas alvos dos criminosos são uma distribuidora de gás localizada na Zona Norte de Natal e a garagem de ônibus da empresa Guanabara às margens da BR-406, em São Gonçalo do Amarante.

De acordo com o coordenador geral do Sindsegur que esteve no local para dar suporte aos trabalhadores, na distribuidora de gás, o crime aconteceu por volta das 21h, onde pelo menos quatro criminosos chegaram ao local com armamento de grosso calibre, renderam os dois vigilantes e levaram dois revólveres e dois coletes à prova de balas.

Durante a visita aos locais, Márcio destacou a necessidade dos órgãos competentes inovarem no plano de segurança privada para melhorar as condições de trabalho e retirar os vigilantes de situações de vulnerabilidade.

No segundo local, que foi a garagem da empresa Guanabara os criminosos foram até o cofre da empresa, onde instalaram explosivos, no entanto fugiram antes de qualquer detonação. Além disso, também foram efetuados diversos disparos contra a guarita da empresa onde se encontrava o vigilante.

Diretores do Sindsegur estiveram nos dois locais de trabalho para entender a situação e dar todo suporte e apoio psicológico aos vigilantes.

Vamos continuar cobrando das empresas de segurança privada as condições de trabalho necessárias para proteger a vida dos profissionais de vigilância que diariamente arriscam as suas vidas no exercício da profissão.

A luta por melhores condições de trabalho e em defesa da vida é uma batalha constante do nosso sindicato. Junte-se a nós e ajude a fortalecer o seu sindicato!

FONTE: SINDSEGUR RN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO PROMOVE DEBATE COM SINDICATOS E EMPRESAS SOBRE PROBLEMAS DA TERCEIRIZAÇÃO



Reunião com o superintendente regional, Claudir Nespolo, no centro, foi nesta sexta-feira (29)

(Diálogo tripartite visa criar compromissos para enfrentar questões como a concorrência desleal no setor, licitações fajutas e o não pagamento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.)

A Superintendência Regional do Trabalho promoveu reunião, na manhã desta sexta-feira (29), para discussão sobre os problemas da terceirização no Rio Grande do Sul, com a presença de sindicatos e representantes das empresas do setor, centrais sindicais e Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS).

Pelo Sindivigilantes do Sul, participaram o presidente, Loreni Dias, e o assessor jurídico, advogado Arthur Dias Filho.

Foram destacadas no encontro, principalmente, as questões da concorrência desleal, provocada por licitações que favorecem

empresas picaretas, sem condições de cumprir os contratos, a falta de fiscalização desses contratos pelo setor público, e o não pagamento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo o superintendente Regional, Claudir Nespolo, o Ministro do Trabalho e Emprego, Rogério Marinho, orientou que as superintendências em todos os estados busquem soluções quando os trabalhadores e os setores econômicos tiverem problemas.

“Nos procuraram para trazer a gravidade da situação da terceirização e, de fato, temos um problema muito sério nessa área”, disse Claudir, acrescentando que isso se agravou mais ainda com a legalização da terceirização irrestrita (Lei 13.429/2017), que permite a terceirização da atividade fim das empresas.

Esta foi uma primeira reunião, explicou, que

depois vai se desdobrar numa reunião apenas com o setor empresarial, dia 19 de outubro, outra com os sindicatos dos trabalhadores, dia 20 de outubro, e, por fim, uma reunião conjunta, dia 10 de novembro, com a presença do ministro para a formalização de um documento com diretrizes para coibir as más práticas nesta área.

Raiz do problema

“A raiz do problema são os processos licitatórios e a forma como eles acontecem”, afirmou na reunião o assessor jurídico do Sindivigilantes. “Há um universo de empresas no ramo de segurança privada que não têm a mínima condição de assumir os contratos que ganham nessas licitações”, disse Arthur Dias Filho.

Segundo ele, nos últimos anos foram firmados mais de um bilhão de reais em contratos terceirizados nesses setores no Estado e existem milhões sendo executados em processos da Justiça do Trabalho (por descumprimento das obrigações trabalhistas) e quem paga a conta é o poder público, como responsável subsidiário.

O presidente Dias ressaltou que “está muito fácil novas empresas de segurança se instalarem no Rio Grande do Sul, com valores muito baixos nesses contratos, precisamos de providências que fiscalizem quem entra nesse mercado”, disse.

Além disso, apontou, União, Estado e prefeituras não pagam em dia pelos serviços e quem paga por isso é o trabalhador, que fica sem receber.

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-RS) também estava representado na reunião:

“Todo esse problema quem gera é o Estado,

que contrata qualquer um, a preços muito baixos, não é competente para fiscalizar e quem paga é o contribuinte”, disse o assessor jurídico da entidade, Mário Farinon.

Justiça do Trabalho

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho Fabiano Holz Beserra afirmou que não há como o órgão contratante do poder público fugir da responsabilidade subsidiária de perceber o descumprimento das obrigações mais simples, como o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

“Tudo começa com um bom contrato e uma boa fiscalização do contrato”, disse. “É relativamente fácil fiscalizar as principais obrigações do contrato”, completou.

Já o diretor de Relações de Trabalho da CUT, Tiago Vasconcelos Pedroso, destacou que a terceirização irrestrita “aumentou a precarização do trabalho terceirizado, não gerou os empregos prometidos e ainda diminuiu a massa salarial desses trabalhadores e trabalhadoras.

Conforme o dirigente da central, é importante a criação de um fundo nos contratos com um mecanismo que garanta os pagamentos dos trabalhadores, que são os mais prejudicados quando as empresas terceirizadas descumprem suas obrigações.

No encerramento das discussões, Claudir Nespolo salientou que o objetivo nesta articulação com o setor é criar compromissos entre as partes no diálogo tripartite, visando isolar as más práticas que prejudicam trabalhadores e empresas.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

CNTV apoia campanha Outubro Rosa e reforça luta das mulheres em defesa da saúde



Outubro chegou e veio novamente com ele a necessidade de conscientizar as mulheres sobre a prevenção do câncer de mama e do câncer de colo de útero, fortalecendo a luta em

defesa da saúde pública e da vida.

Para alertar sobre os sintomas da doença, como fazer prevenção e combatê-la desde o início, a Confederação Nacional dos Vigilantes

- CNTV adere outra vez à campanha Outubro Rosa.

Essa campanha acontece no Brasil desde 2002, com ações de prevenção, diagnóstico e tratamento precoce do câncer de mama e de colo do útero, além de debates e outras atividades.

Criada pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), a iniciativa busca chamar a atenção das mulheres para importância de fazer mamografias e exames de rotina para enfrentar a doença, visando identificá-la ainda nos estágios iniciais.

Muitas mulheres deixaram de fazer exames na pandemia

A prevenção do câncer de mama é fundamental, pois iniciar o tratamento na fase inicial da doença salva muitas vidas. Na pandemia, muitas mulheres deixaram de fazer os exames periódicos, sendo as mais pobres as mais prejudicadas.

“Precisamos, nesse momento, reforçar as campanhas de prevenção e, também, fortalecer o nosso SUS, para que as unidades básicas de saúde possam garantir a todas as mulheres acesso a esses exames e informações sobre o câncer de mama. Por isso, esse Outubro Rosa se torna mais importante do que os anteriores”, salienta Maura Miranda, Secretária de Assuntos das Mulheres da CNTV.

Cuidados que todas as mulheres devem ter

O câncer de mama no Brasil é o tipo de doença que mais afeta as mulheres. Acima dos

40 anos, a incidência de casos é ainda maior. Confira alguns cuidados que todas as mulheres devem observar:

- prevenção com consultas e exames específicos;
- para mulheres acima de 40 anos, mamografia anual;
- auto exame (apalpação das mamas para detectar alterações, como caroços, nódulos);
- alimentação saudável.

A falta de informação e o excesso de pudor ajudam a elevar o número de óbitos envolvendo o câncer de mama. A detecção tardia dos tumores prejudica o tratamento da enfermidade.

O que é o Outubro Rosa

O movimento conhecido como Outubro Rosa nasceu nos Estados Unidos, na década de 1990, para estimular a participação da população no controle do câncer de mama. A data, hoje difundida em diversos países, ajuda a compartilhar informações sobre o câncer de mama e promover a conscientização sobre a importância da detecção precoce da doença.

No Brasil, a primeira iniciativa partiu de um grupo de mulheres, em 2002. O Inca participa do movimento, desde 2010, promovendo campanhas e espaços de discussão sobre câncer de mama, divulgando e disponibilizando seus materiais informativos, tanto para profissionais de saúde quanto para a sociedade.

Fonte: CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF